



MP-AL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

**GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas**

**ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ÁREA
JURÍDICA**

EDITAL Nº 01/2026

CÓD: OP-023AB-26
7908403591282

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Direito Constitucional	47
3. Direito Administrativo.....	63
4. Direito Penal	79
5. Direito Processual Penal	91
6. Direito Civil.....	105
7. Direito Processual Civil.....	119
8. Legislação Específica	135

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FCC - 2025)

Considere o poema de José Miguel Wisnik para responder à questão abaixo.

O anel que tu me deste
Não guardei nem esqueci
Ele nunca se quebrou
Fui eu que me perdi
O anel que tu me lembras
Meu escuro escondeu
Ele nunca se partiu
Quem partiu de si fui eu
Eu ainda não sabia
Que existia o puro dom
Que era feito de verdade
Desapego e solidão
Tudo então que nos unia
Numa voz e uma canção
Nele brilha solitário
Diamante escuridão
Sob a luz estroboscópica
Do agito de um salão
Que ainda dança a nossa volta
Com as décadas que se vão
Retiraste de teu dedo
Sem nenhuma hesitação
e o puseste com cuidado
Na palma da minha mão
Era a luz alucinada
De um estranho festival
Nada ali anunciava
O teu gesto e o cristal
O amor que tu me tinhas
Não tem nome nem lugar
Luz que vem da mesma liga
Do anel a nos ligar

(O anel. José Miguel Wisnik)

A flexão verbal expressa uma ação já concluída no verso:

- (A) Luz que vem da mesma liga.
- (B) O anel que tu me lembras.
- (C) Tudo então que nos unia.
- (D) Nada ali anunciava.
- (E) O anel que tu me deste.

2. (FCC - 2025)

Para responder à questão, baseia-se no texto seguinte.

[A força necessária dos princípios]

Não vamos subestimar a força daquilo a que nos opomos. O mundo é, para todos nós, aquilo sobre o qual não temos quase nenhum controle. O senso comum e o sentido de autoproteção nos dizem para nos acomodarmos àquilo que não podemos mudar.

Não é difícil ver como alguns de nós poderíamos ser convencidos da justiça, da necessidade das violências. Pense-se numa guerra que é formulada como série de ações militares pequenas, que irão de fato contribuir para a paz ou reforçar a segurança. Todas as violências na guerra foram justificadas como uma retaliação necessária estamos nos defendendo, eles é que querem nos matar.

Diante das violências em curso, alguém dotado de um princípio moral parece alguém que corre ao lado de um trem e grita: "Pare! Pare!" O trem pode ser detido? Será que outras pessoas dentro do trem vão se sentir dispostas a saltar e unir-se aos que estão fora? Talvez alguns o façam, mas não a maioria.

Agir por princípio é um gesto político, no sentido de que não estamos fazendo isso por nós mesmos. Não fazemos isso só para agir corretamente ou para aplacar a nossa consciência; muito menos porque estamos certos de que a nossa ação vai de fato alcançar o seu objetivo. Resistimos como um ato de solidariedade com todas as pessoas e comunidades que agem igualmente por algum princípio moral.

As ações comandadas por um bom princípio nos dizem que não temos de pensar se agir por princípio é adequado, ou se podemos contar com o êxito final das ações que levamos a efeito. Agir por princípio é bom em si mesmo. Os princípios nos convidam a fazer algo a respeito do pântano de contradições em que agimos moralmente. Os princípios nos convidam a ter mais rigor em nossas ações, ser intolerantes com a frouxidão moral, a contemporização, a covardia e com a fuga diante do que é perturbador. No curso da História encontram-se os grandes modelos de resistência, os feitos daqueles que, por princípio, agiram dizendo não à negação dos princípios justos. Inspiremo-nos nesses modelos.

AMOSTRA

(Adaptado de: SONTAG, Susan. *Ao mesmo tempo*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo, Companhia das Letras, p.192-193, *passim*)

É correta a flexão de todas as formas verbais na frase:

- (A) Ele se vangloria dos momentos em que se dispôs a agir segundo os melhores princípios.
- (B) Caso a situação não requisesse a adoção de um princípio ético, teria sido mais fácil perdoá-lo.
- (C) Se eles não intervirem de modo a resguardar seus princípios, melhor será que se abstenham.
- (D) As provas de sua falta de princípios recomporam-se nessa última manifestação sua.
- (E) No início ele perdeu a paciência, mas logo a reouve em nome de seus bons princípios.

3. (FCC - 2023)

Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

[Cidades devastadas]

Em vinte anos eliminaram a minha cidade e edificaram uma cidade estranha. Para quem continuou morando lá, a amputação pode ter sido lenta, quase indolor; para mim, foi uma cirurgia de urgência, sem a inconsciência do anestésico.

Enterraram a minha cidade e muito de mim com ela. Por cima de nós construíram casas modernas, arranha-céus, agências bancárias; pintaram tudo, deceparam árvores demoliram, mudaram fachadas. Como se tivessem o propósito de desorientar-me, de destruir tudo o que me estendia uma ponte entre o que sou e o que fui. Enterraram me vivo na cidade morta.

Mas, feliz ou infelizmente, ainda não conseguiram soterrar de todo a minha cidade. Vou andando pela paisagem nova, desconhecida, pela paisagem que não me quer e eu não entendo, quando de repente, entre dois prédios hostis, esquecida por enquanto dos zangões imobiliários, surge, intacta e doce, a casa de Maria. Dói também a casa de Maria, mas é uma dor que conheço, íntima e amiga.

Não digo nada a ninguém, disfarço o espanto dessa descoberta para não chamar o empreiteiro das demolições. Ah, se eles, os empreiteiros, soubessem que aqui e ali repontam restos emocionantes da minha cidade em ruínas! Se eles soubessem que aqui e ali vou encontrando passadiços que me permitem cruzar o abismo!

(Adaptado de CAMPOS, Paulo Mendes. *Os sabiás da crônica*. Antologia. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 209-210)

Está correto o emprego de todas as formas verbais na frase:

- (A) Quem se propôs a recuperar a visão de sua cidade natal, municie-se de muita tolerância.
- (B) Para que se revejem vestígios da nossa antiga cidade, urge alimentar a imaginação.
- (C) Conter-se-ia nossa decepção caso déssemos, de súbito, com uma casinha poupada?
- (D) A menos que retêssemos na memória uma imagem fiel, nada escaparia a tal devastação.
- (E) Ele havia salvo da devastação da cidade alguns vestígios que se manteram vivos.

4. (FCC - 2025)

Para responder à questão, baseie-se no texto seguinte.

[Permanência dos dramas humanos]

Cerca de dois mil e quinhentos anos atrás, eram escritos na Grécia poemas muito belos. Hoje, eles não são mais lidos, a não ser pelos especialistas nesse estudo, o que é uma grande pena. Pois esses velhos poemas são de tal forma humanos que ainda estão muito próximos de nós, e podem interessar a muita gente.

Seriam até muito mais comoventes para o comum dos homens, ou seja, para aqueles que sabem o que é lutar e sofrer, muito mais do que para os que passaram a vida entre as quatro paredes de uma escola.

Sófocles é um dos maiores dentre esses velhos poetas. Escreveu peças de teatro, dramas e comédias; só ficaram alguns dos Seus dramas, vez ou outra encenados nos palcos de teatro. Em cada um deles a personagem principal é uma pessoa corajosa e orgulhosa que luta sozinha contra uma situação intoleravelmente dolorosa; ela se curva sob o peso da injustiça; há momentos em que a coragem desfalece; mas ela resiste e não se deixa nunca degradar pela infelicidade. Assim, esses dramas, embora dolorosos, nunca deixam uma impressão de tristeza. O que fica é antes uma impressão de serenidade. Está visto que o legado essencial desses dramas é reforçar no homem o combate sem rendição contra o que o atormenta, ainda quando seja essa uma luta contra forças muito maiores do que as dele.

(Adaptado de: WEIL, Simone. *Outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 313)

[...] o legado essencial desses dramas é reforçar no homem o combate sem rendição contra o que o atormenta, ainda quando seja essa uma luta contra forças muito maiores [...]

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FCC - 2025)

Considere o seguinte trecho de acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF), proferido em sede de processo envolvendo pedido de extradição formulado por Estado estrangeiro:

A essencialidade da cooperação internacional na repressão penal aos delitos comuns não exonera o Estado brasileiro - e, em particular, o STF - de velar pelo respeito aos direitos fundamentais do súdito estrangeiro que venha a sofrer, em nosso país, processo extra-dicional instaurado por iniciativa de qualquer Estado estrangeiro. (. . .) [O STF não pode nem deve revelar indiferença diante de transgressões ao regime das garantias processuais fundamentais. É que o Estado brasileiro - que deve obediência irrestrita à própria Constituição que lhe rege a vida institucional - assumiu, nos termos desse mesmo estatuto político, o gravíssimo dever de sempre conferir prevalência aos direitos humanos[...].

O dever assumido pelo Estado brasileiro a que se refere o acórdão é consagrado na Constituição Federal vigente como um

- (A) direito fundamental, garantido a brasileiros e estrangeiros residentes no país.
- (B) objetivo da República Federativa do Brasil.
- (C) fundamento da República Federativa do Brasil.
- (D) princípio de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- (E) princípio da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União.

2. (FCC - 2024)

Em conformidade com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, pelos seguintes princípios, dentre outros:

- (A) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; não concessão de asilo político; igualdade entre os Estados.
- (B) independência nacional; não intervenção; não concessão de asilo político.
- (C) prevalência dos direitos humanos; não integração cultural dos povos da América Latina; intervenção.
- (D) repúdio ao terrorismo; intervenção; defesa da paz.
- (E) repúdio ao racismo; solução pacífica dos conflitos; autodeterminação dos povos.

3. (FCC - 2025)

Joaquim, estudante, ficou sabendo que o Brasil deseja ratificar um importante Tratado Internacional sobre Direitos Humanos e descobriu que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, referido tratado

- (A) será equivalente às emendas constitucionais se for aprovado por maioria simples, em turno único, em apenas uma das Casas do Congresso Nacional, em razão da importância dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro.
- (B) será equivalente às emendas constitucionais se for aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (C) não poderá ser equivalente às emendas constitucionais, independentemente de qualquer aprovação pelo Congresso Nacional, por expressa vedação constitucional.
- (D) será equivalente às emendas constitucionais se for aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (E) será equivalente às emendas constitucionais se for aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, por metade dos votos dos respectivos membros.

AMOSTRA

4. (FCC - 2025)

Considere a Constituição Federal de 1988 para responder à questão.

Os moradores do bairro “X” na cidade do Rio de Janeiro pretendem criar uma associação chamada “Associação Amigos do Bairro X” para fins lícitos, sem caráter paramilitar, com o intuito de defender os seus interesses. A criação dessa associação

(A) depende de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, só podendo ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

(B) depende de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, só podendo ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado.

(C) independe de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento, só podendo ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado.

(D) depende de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento, só podendo ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado.

(E) independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento, só podendo ser compulsoriamente dissolvida ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

5. (FCC - 2024)

De acordo com a Constituição Federal, o brasileiro naturalizado que invocar motivo de crença religiosa para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, recusando-se, também, a cumprir prestação alternativa, fixada em lei,

(A) poderá ser privado de direitos, pois, para isso, basta apenas que brasileiros ou estrangeiros invoquem crença religiosa para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, ainda que não se recusem a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

(B) não poderá ser privado de direitos em nenhuma hipótese, pois é assegurada a brasileiros e estrangeiros residentes no País a liberdade de crença religiosa.

(C) poderá ser privado de direitos, pois invocou crença religiosa para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusou-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

(D) poderá ser privado de direitos, pois é inviolável a liberdade de crença religiosa apenas dos brasileiros natos.

(E) não poderá ser privado de direitos, em nenhuma hipótese, pois é assegurada apenas a brasileiros, natos ou naturalizados, a liberdade de crença religiosa no País.

6. (FCC - 2022)

Inconformados com a crescente criminalidade e com a sensação de impunidade manifestada pela sociedade civil, 50 Deputados Federais propuseram, conjuntamente, um projeto de lei visando à aplicação de pena de trabalhos forçados para os condenados por crimes graves, que envolvam violência e grave ameaça. Diante da situação hipotética acima descrita, tal projeto

(A) é inconstitucional, haja vista que a iniciativa de proposta legislativa dessa natureza exige, no mínimo, um terço dos membros do Congresso Nacional.

(B) é constitucional, pois foi regularmente proposto por parlamentares representantes da vontade popular.

(C) deverá, obrigatoriamente, ser convertido em proposta de emenda constitucional, pois necessária a reforma da atual Constituição Federal, antes de sua aprovação.

(D) deverá ser submetido a um grande debate, para sua aprovação, envolvendo representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Poder Judiciário, por se tratar de matéria penal.

(E) é inconstitucional, diante da vedação expressa da Constituição Federal à pena dessa espécie.

7. (FCC - 2022)

Para responder à questão abaixo, considere a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em ação de cobrança de aluguéis vencidos, em fase de liquidação de sentença, foi determinada a realização de penhora de imóvel pertencente ao fiador do contrato de locação. Sendo o imóvel em questão bem de família, e considerando que há previsão legal que autoriza a penhora nessa hipótese, o fiador pretende impetrar mandado de segurança, em caráter preventivo,

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FCC - 2022)

O regime jurídico administrativo é o conjunto de traços, de conotações, que tipificam o Direito Administrativo, colocando a Administração Pública numa posição privilegiada, vertical, na relação jurídico-administrativa, no dizer da jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo, 32.ed., item 3.2).

Tal regime é aplicável

- (A) apenas no âmbito do Poder Executivo.
- (B) em todos os Poderes da União, mas apenas nos Poderes Executivos estaduais e municipais.
- (C) na Administração Indireta, mas apenas nas entidades de natureza autárquica.
- (D) excepcionalmente e de forma não exclusiva, nas empresas estatais.
- (E) somente no exercício do poder de polícia administrativa.

2. (FCC - 2022)

Identifica-se a natureza de determinado ato como administrativo quando, dentre outras hipóteses,

- (A) editado por autoridade integrante dos quadros de pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração pública, assim não se considerando quando emanados de entes com natureza jurídica de direito privado.
- (B) veicular manifestação de vontade da Administração pública e tiver sido editado por agente público no regular exercício de suas funções, para fins de reconhecimento ou atribuição de direito a um administrado.
- (C) tiver a motivação de sua edição explicitada no corpo da manifestação de vontade, sendo facultativa a existência do motivo da edição.
- (D) quando o escopo de sua edição for o atingimento de uma finalidade pública, não se considerando como tal os atos que conferem ou reconhecem direitos aos administrados.
- (E) tiver observado forma específica prevista em lei, não se admitindo tal natureza aos atos inominados editados no exercício de funções ordinárias da Administração pública.

3. (FCC - 2022)

O representante legal de empresa privada que pretendia iniciar atividades em determinado município protocolou, em órgão estadual, requerimento conjunto de licenciamento urbanístico e licenciamento ambiental para as operações. O agente estadual, recentemente classificado na unidade, analisou o pleito e, ao final, deferiu o pedido e providenciou a emissão das respectivas licenças. Ocorre que posteriormente, em sede de correição, o superior hierárquico do agente identificou que a competência para a licença urbanística solicitada era municipal, cabendo ao Estado, naquele caso, somente a competência ambiental.

Diante dos fatos apresentados, a licença urbanística

- (A) poderá ser revogada pelo superior hierárquico, diante do vício de competência.
- (B) deverá ser convalidada pela autoridade municipal, em razão da teoria da aparência.
- (C) apresenta vício de legalidade insanável, considerando que emitida por autoridade incompetente, integrante de outro ente federativo.
- (D) é válida e regular, considerando que se trata de ato vinculado.
- (E) deve ser revogada, caso a autoridade competente constate o não preenchimento dos requisitos legais necessários para a emissão.

4. (FCC - 2025)

Os atos administrativos possuem características e atributos que são próprios do regime de Direito Público.

Nesse contexto, tem-se que a imperatividade

- (A) consiste na prerrogativa de a Administração avaliar as condições de conveniência e oportunidade para a prática de atos que não sejam vinculados.
- (B) está presente apenas em contratos administrativos e não em atos unilaterais, sendo fundamento para as denominadas cláusulas exorbitantes.
- (C) consiste na prerrogativa da Administração de colocar o ato em execução sem a necessidade de ordem judicial, presente apenas em atos administrativos discricionários.

AMOSTRA

(D) está presente apenas em atos que sejam expressão do exercício do poder de polícia, os quais podem ser impostos como medida de restrição para proteção da coletividade.

(E) é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concórdia, presente nos atos que estabelecem obrigações aos administrados.

5. (FCC - 2023)

Quanto aos atributos e elementos do ato administrativo e respectiva relação com a existência e validade,

(A) a presunção de legitimidade que informa todos os atos administrativos não afasta a possibilidade de controle judicial em relação a eventuais vícios de legalidade, como no caso de ato proferido por autoridade incompetente.

(B) a imperatividade dos atos administrativos enseja medidas de autoexecutoriedade e, em razão da natureza discricionária, não admite controle judicial, apenas autotutela por parte da Administração Pública.

(C) a exigibilidade dos atos administrativos guarda relação direta com a forma, estando presente apenas nos atos vinculados que, como tal, encontram todos os seus requisitos de validade elencados na lei.

(D) o vício relativo ao motivo, ou seja, quanto aos pressupostos fáticos do ato, pode ser objeto de controle judicial, sem prejuízo da possibilidade de convalidação.

(E) o objeto do ato administrativo pode ser discricionário ou vinculado, sendo que somente os atos discricionários que apresentem vícios poderão ser convalidados.

6. (FCC - 2024)

A superveniente constatação de falsidade documental em um processo administrativo de requisição de licença para edificação, no qual o ato já foi editado (licença emitida), caracteriza

(A) vício de legalidade, apto a ensejar a anulação do ato administrativo.

(B) ilegalidade insanável, que obriga a anulação de todos os atos praticados no processo, cabendo ao interessado, se assim desejar, reapresentar o pedido de licença.

(C) vício de legalidade, capaz de acionar a revogação do ato administrativo, conforme análise de repercussão e impacto pela autoridade competente.

(D) mera irregularidade, que não pode ser suscitada em razão de já ter sido emitido o ato pleiteado.

(E) fundamento para pleitear a anulação da licença judicialmente, tendo em vista que a edição do ato impede que a revisão se dê no âmbito administrativo.

7. (FCC - 2024)

A revogação do ato administrativo é modalidade de

(A) invalidação do ato administrativo que apresente vício de natureza insanável, podendo ser declarada pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário.

(B) invalidação por desconformidade com o ordenamento jurídico, operando, portanto, efeitos retroativos, desde a data em que editado.

(C) extinção discricionária do ato administrativo, por razões de conveniência e oportunidade, pois não se evidencia ilegalidade ou irregularidade, produzindo efeitos a partir da invalidação.

(D) encampação do ato administrativo, ao se identificar a presença de vício de legalidade, para fins de retificação e convalidação.

(E) extinção do ato administrativo, que, embora seja válido, demanda a eliminação dos efeitos produzidos desde a sua edição.

DIREITO PENAL

1. (FCC - 2023)

A intervenção estatal consistente na repressão penal apenas se justifica se houver lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico tutelado, da acordo com o princípio da

- (A) Insignificância.
- (B) humanidade
- (C) legalidade.
- (D) ofensividade.
- (E) adequação social.

2. (FCC - 2025)

Sobre a aplicação da lei penal, é correto afirmar:

- (A) No caso de genocídio praticado no exterior, por se tratar de crime de interesse da humanidade e em nome dos princípios da justiça universal e da extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei brasileira para a hipótese de o autor do delito, mesmo sendo estrangeiro, ter domicílio no Brasil.
- (B) No crime de estelionato tentado praticado no estrangeiro, estando a vítima em solo brasileiro, não haverá crime a ser perseguido no Brasil, na hipótese de não haver efetivo prejuízo ao ofendido, sendo que se aplica, nesse caso, a teoria da atividade para se fixar o lugar do delito.
- (C) Na hipótese dos crimes omissivos impróprios, considera-se praticado o delito no momento do resultado, uma vez que a omissão para essa modalidade de delito necessita de resultado material para ser punível.
- (D) O surgimento de lei penal que determina a abolição de um crime ocasiona a cessação dos efeitos penais, administrativos e civis decorrentes da condenação pelo delito abolido, salvo se eventual indenização em favor da vítima já tenha sido fixada em sentença irrecorrível.
- (E) De acordo com o Código Penal, nas hipóteses de crimes cometidos no exterior contra a administração pública, por quem está a seu serviço ou por particular, o agente não poderá ser punido segundo a lei brasileira, caso seja absolvido no país de cometimento do delito, desde que tenha sido garantido, no processamento da ação estrangeira, o devido processo legal.

3. (FCC - 2022)

O Código Penal estabelece que a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. Sobre a relevância da omissão, o dever de agir incumbe a quem

- I. tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.
 - II. tenha assumido a responsabilidade de impedir o resultado.
 - III. criou, com seu comportamento anterior, o risco da ocorrência do resultado.
 - IV. impede que o resultado se produza.
- Está correto o que se afirma **APENAS** em
- (A) I, II e III.
 - (B) I, II e IV.
 - (C) III e IV.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) I e II.

4. (FCC - 2022)

César é açougueiro e está trabalhando regulamentemente no freezer do açougue, quando uma pessoa, fugindo da Polícia, se esconde atrás de algumas peças de carne, sem que César tenha percebido. Ao terminar seu turno, cansado, César acaba jogando uma enorme faca em direção a um armário, momento em que a faca acaba por acertar fatalmente o fugitivo. Sobre a conduta de César, trata-se de caso de exclusão

- (A) do dolo por erro de tipo.
- (B) da imputabilidade.
- (C) da culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa.
- (D) do dolo por erro de proibição.
- (E) de ilicitude.

AMOSTRA

5. (FCC - 2022)

O tipo penal

- (A) representa um indício da culpabilidade segundo a teoria materialista objetiva do delito.
- (B) tem sua primeira construção dogmática no finalismo de Hans Welzel.
- (C) demanda o desvalor do resultado para sua existência como elemento do delito.
- (D) é a estrutura legal que descreve o comportamento proibido, possuindo função de garantia.
- (E) no crime omissivo próprio exige o comportamento ativo do agente de acordo com sua relação com o bem jurídico.

6. (FCC - 2025)

Ao ser abordado por policiais militares, Jasão apresentou sua carteira de identidade, sendo que os policiais verificaram a grosseira adulteração do documento, no qual havia uma fotografia de Jasão colada em cima da fotografia original do RG pertencente a outra pessoa. Ao ser questionado, já naquele momento, Jasão esclareceu que, de fato, o documento pertencia a terceira pessoa. Foi então registrada a ocorrência policial e, após a conclusão do inquérito policial e do processo, em que se constatou a desnecessidade de produção de laudo pericial, Jasão foi absolvido, por entender o Juízo tratar-se da hipótese de

- (A) crime cometido em estado de necessidade.
- (B) desistência voluntária.
- (C) arrependimento eficaz.
- (D) erro sobre a ilicitude do fato.
- (E) crime impossível.

7. (FCC - 2025)

Lucas e Rodrigo são irmãos e ambos possuem porte de arma por serem donos de uma empresa de segurança. Durante uma discussão sobre a empresa, Lucas sacou sua arma e a engatilhou para atirar em Rodrigo. Para se defender da agressão do irmão, Rodrigo também sacou sua arma, único instrumento de que dispunha para sua defesa, e efetuou um disparo na direção de Lucas, acreditando que o tiro não atingiria o funcionário da empresa que estava ao lado do seu alvo. O disparo atingiu somente o funcionário, que teve ferimento no braço. Rodrigo foi denunciado por lesão corporal dolosa contra o funcionário. Na defesa de Rodrigo seria correto alegar:

- (A) erro sobre a pessoa.
- (B) coação moral irresistível.
- (C) legítima defesa real.
- (D) estado de necessidade.
- (E) erro de tipo.

8. (FCC - 2022)

Maria Angélica foi casada com Marcos por 2 anos. Eles tiveram um filho, atualmente com 3 meses de vida. Após inúmeras agressões físicas e psicológicas, Maria Angélica procura a Delegacia da Mulher e consegue medidas protetivas em seu favor, previstas na Lei Maria da Penha, como a da proibição de contato por parte do agressor. Marcos, ao tomar ciência do deferimento das medidas, fica extremamente revoltado e, chegando nas redondezas da casa de Maria Angélica, sente forte cheiro de fumaça e vê a casa incendiando. Sai correndo, entra na casa e salva Maria Angélica e seu filho. A conduta de Marcos é caracterizada como

- (A) excludente da legítima defesa.
- (B) crime de descumprimento de medida protetiva.
- (C) excludente do estado de necessidade.
- (D) dolo eventual.
- (E) culpa consciente.

9. (FCC - 2023)

A autoria mediata

- (A) no erro determinado por terceiro em caso de homicídio não admite a figura do instrumento impunível no direito brasileiro.
- (B) é incompatível com a obediência hierárquica impositiva de dever em razão da impossibilidade de erro de proibição na hipótese.
- (C) em caso de instrumento que atua justificadamente, como na denúncia caluniosa, é impunível por ausência de ilicitude das condutas de autor e instrumento.
- (D) permite o excesso do instrumento ao extrapolar a determinação do autor, que nesse caso responde pelo resultado em sua integralidade.
- (E) pode ocorrer na coação moral irresistível por cabal domínio do fato através do domínio da vontade do coagido, inclusive em tráfico de drogas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (FCC - 2025)

Inconformada com a decisão que indeferiu seu pedido de progressão de regime prisional a João, a defesa do sentenciado apresentou recurso para a instância superior, argumentando o seguinte: “Constata-se da decisão a ausência de qualquer análise acerca das condições e requisitos preenchidos pelo postulante para a progressão pretendida, apenas mencionando a decisão acerca da impossibilidade, por ora, de se atender ao pleito, sem tecer uma linha sequer da situação específica do requerente”.

Nota-se, pois, que a alegação da defesa se baseia em eventual descumprimento pelo magistrado do princípio do direito processual penal

- (A) do livre convencimento motivado.
- (B) da verdade real.
- (C) do juiz natural.
- (D) da publicidade.
- (E) do duplo grau de jurisdição.

2. (FCC - 2025)

Considere as assertivas abaixo sobre princípios processuais.

I. O Acesso à Justiça Penal abrange a incidência de outros princípios, que integram a face de um processo penal democrático, dentre os quais, destacam-se os princípios da jurisdicionalidade, da garantia do princípio acusatório, presunção de inocência, contraditório e ampla defesa e da motivação das decisões judiciais.

II. O princípio da verdade real ou processual é o objetivo fundamental do processo penal, permitindo a descoberta acerca da veracidade do fato praticado, através da instrução probatória. Este princípio permite ao juiz buscar provas, atividade concernente ao poder instrutório do magistrado.

III. A implementação gradual do princípio da paridade de armas consagra o tratamento isonômico das partes no transcurso do processo penal (CF, art. 5º, caput), nivelando processualmente o Ministério Público e a Defensoria Pública, e fazendo com que, paulatinamente, se mitigue o princípio do favor rei.

IV. O Princípio do Defensor Natural, que guarda similitude aos princípios do Juiz Natural e do Promotor Natural, veda que o Defensor Público seja afastado de

casos em que, por critérios legais predeterminados, deveria officiar. O Princípio do Defensor Natural apresenta dupla garantia, uma vez que se dirige tanto aos membros da Defensoria Pública, como para os assistidos da instituição.

Esta **correto** o que se afirma **APENAS** em:

- (A) I e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

3. (FCC - 2023)

O princípio da confiança no juiz da causa é

(A) princípio que está em consonância com o processo acusatório ao exigir que o juiz se abstenha de servir no processo quando houver incompatibilidade ou impedimento legal.

(B) suposto princípio que viola o dever de motivação e fundamentação das decisões judiciais, sendo invocado nos casos em que resta ausente suporte adequado na decisão impugnada.

(C) princípio que, à semelhança do princípio do duplo grau de jurisdição, está previsto expressamente na Convenção Americana de Direitos Humanos, da qual o Estado Brasileiro é signatário.

(D) suposto princípio que viola os princípios do contraditório e da identidade física do juiz ao admitir, ainda que em casos excepcionais, a produção probatória por júízo diverso do sentenciante.

(E) princípio que está em consonância com a figura do juiz das garantias, prevista a partir da Lei federal nº 13.964/2019, porém atualmente com sua eficácia suspensa.

AMOSTRA

4. (FCC - 2023)

O direito de toda pessoa acusada de delito de recorrer da sentença para juiz ou tribunal superior, previsto na Convenção americana de Direitos Humanos, refere-se diretamente do princípio

- (A) da presunção de inocência.
- (B) da motivação das decisões judiciais.
- (C) do juiz natural.
- (D) da identidade física do juiz
- (E) do duplo grau de jurisdição

5. (FCC - 2022)

A condição de terceiro é [...] em relação às provas, ao conteúdo probatório, já que o acerto das condutas deve ser novidade ao julgador. O juiz é um sujeito processual (não parte) ontologicamente concebido como um ignorante, porque ele (necessariamente) ignora o caso penal em julgamento. Deixará o juiz de ser um ignorante quando, ao longo da instrução, lhe trouxerem as partes às provas que lhe permitirão então conhecer.

(LOPES JR, Aury e ROSA, Alexandre Moraes da.

Quando o juiz já sabia, em: www.conjur.com.br

Tal lição doutrinária sinaliza como a atuação do mesmo juiz em fase pré-processual atinge sua imparcialidade para julgar o mérito da demanda penal, eis que macula algo primordial em sua atuação, a denominada

- (A) originalidade cognitiva.
- (B) **falsa** memória.
- (C) fishing expedition.
- (D) segurança normativa.
- (E) competência funcional.

6. (FCC - 2022)

Dos direitos abaixo elencados, **NÃO** constitui corolário do princípio do devido processo legal:

- (A) contraditório.
- (B) Juiz natural.
- (C) proibição de prova ilícita.
- (D) sigilo do processo.
- (E) paridade de armas.

7. (FCC - 2025)

Considere as assertivas abaixo sobre o Processo Penal brasileiro.

I. A lei processual penal tem aplicação imediata, atingindo os processos em tramitação, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

II. Se a nova lei for híbrida, apresentando conteúdos penais e processuais, prevalecerá o aspecto penal. Sendo este mais benéfico, o conteúdo material retroagirá e o processual terá aplicação imediata.

III. O Código de Processo Penal adotou o sistema da unidade processual, segundo o qual cada fase processual é independente, podendo, assim, ser reguladas por leis distintas, promulgadas sucessivamente no tempo.

Esta **correto** o que se afirma **APENAS** em:

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I.
- (D) II e III.
- (E) III.

8. (FCC - 2025)

Sobre as disposições legais acerca do inquérito policial:

(A) o prazo para o encerramento do inquérito policial no caso de tráfico de drogas e estando o investigado preso será de 45 dias corridos, sem prorrogação.

(B) a decisão que determina o arquivamento dos autos investigativos diante da manifestação acusatória pela ausência de provas de autoria faz coisa julgada formal e material.

(C) é dever da autoridade policial, ao final das investigações, fazer minucioso relatório do que tiver sido apurado, tecendo opinião concreta e fundamentada acerca da culpabilidade do investigado.

(D) nos crimes de calúnia praticados contra sujeito passivo comum, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentar a respectiva queixa-crime.

(E) do arquivamento realizado pelo Delegado de Polícia, caberá recurso em sentido estrito, no prazo de 5 dias contados da intimação pessoal do Defensor Público.

DIREITO CIVIL

1. (FCC - 2022)

De acordo com o Código Civil, a morte presumida da pessoa

- (A) não pode ser judicialmente declarada sem que haja requerimento de algum dos seus sucessores.
- (B) pode ser declarada mesmo sem decretação de ausência.
- (C) só pode ser declarada se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- (D) não autoriza a abertura da sucessão antes de decorridos dez anos do trânsito em julgado da sentença que a declarar.
- (E) pode ser registrada em registro público independentemente de declaração judicial em casos de catástrofes naturais.

2. (FCC - 2025)

O Código Civil estabelece que as pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado, elencando em seguida as entidades dotadas de personalidade jurídica. De acordo com esse mesmo diploma legal, os chamados “empreendimentos de economia solidária”

- (A) não são pessoas jurídicas.
- (B) são pessoas jurídicas de direito público interno.
- (C) são pessoas jurídicas de direito privado.
- (D) são pessoas jurídicas de direito público externo.
- (E) são pessoas jurídicas de direito público e privado.

3. (FCC - 2022)

De acordo com o artigo 44 do Código Civil, são pessoas jurídicas de direito privado as

- (A) sociedades, as autarquias e as fundações.
- (B) associações, as organizações religiosas e os partidos políticos.
- (C) fundações, as sociedades e as agências reguladoras.
- (D) empresas individuais com responsabilidade limitada, a União e os partidos políticos.
- (E) organizações religiosas, os Municípios e as associações.

4. (FCC - 2022)

Quanto às pessoas jurídicas:

- (A) São livres a criação, organização, estrutura interna e funcionamento das organizações religiosas, podendo porém o Poder Público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos se contrários à moral, aos bons costumes e ao consenso social.
- (B) São de direito privado, entre outras, as associações, as sociedades, as fundações e as autarquias, excluídas as associações públicas.
- (C) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- (D) Começa a existência legal daquelas de direito privado com o início efetivo de suas atividades associativas ou empresariais, independentemente de inscrição formal de seus atos constitutivos.
- (E) Se tiverem a administração coletiva, as decisões se tomarão pela unanimidade de votos dos presentes, salvo estipulação diversa nos atos constitutivos.

5. (FCC - 2022)

As pessoas jurídicas de direito privado, elencadas no Código Civil, sem prejuízo de previsão em legislação especial e em seus atos constitutivos devidamente registrados, poderão

- (A) realizar suas assembleias gerais por meios eletrônicos, inclusive para os fins de destituir os administradores e alterar o estatuto, respeitados os direitos previstos de participação e manifestação.
- (B) ter sua existência legal reconhecida após a lavratura e aprovação de seu ato constitutivo em assembleia.
- (C) anular a sua constituição, a qualquer tempo, desde que constatado defeito no ato constitutivo.

AMOSTRA

(D) realizar suas assembleias gerais para nomear administrador provisório, caso a administração venha a faltar.

(E) anular, em até seis meses, as decisões tomadas pela maioria de votos dos presentes, ainda que o ato constitutivo dispuser de modo contrário.

6. (FCC - 2022)

A Defensoria Pública do Mato Grosso foi procurada por uma comunidade denominada “Paconezinho” que reside em bairro ocupado há anos, sem a devida regularização de propriedade. Os usuários pretendem criar uma associação de moradores para defender seus direitos e buscaram orientações a respeito do regime jurídico da aludida modalidade de pessoa jurídica, a qual

(A) garante a transferência automática da condição de associado aos herdeiros do associado falecido, independentemente de previsão estatutária.

(B) é dispensada legalmente de elaborar estatuto social.

(C) não admite a instituição de associados com vantagens especiais, pois todos devem ter direitos iguais.

(D) admite a exclusão de associado sem justa causa, desde que reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso.

(E) constitui-se pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, inexistindo, entre os associados, direitos e obrigações recíprocas.

7. (FCC - 2022)

De acordo com o Código Civil, a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica

(A) constitui desvio de finalidade e caracteriza abuso da personalidade jurídica, permitindo ao juiz, inclusive de ofício, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica, independentemente de terem sido ou não beneficiados pelo abuso.

(B) constitui desvio de finalidade e caracteriza abuso da personalidade jurídica, permitindo ao juiz, somente por requerimento da parte ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica, independentemente de terem sido ou não beneficiados pelo abuso.

(C) constitui desvio de finalidade e caracteriza abuso da personalidade jurídica, permitindo ao juiz, inclusive de ofício, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica, desde que beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

(D) constitui desvio de finalidade e caracteriza abuso da personalidade jurídica, permitindo ao juiz, somente por requerimento da parte ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica, desde que beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

(E) não constitui desvio de finalidade, nem autoriza, por si só, a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

8. (FCC - 2022)

Acerca da desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresária, considere:

I. Permite que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos sócios da pessoa jurídica, desde que beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

II. Permite, em determinados casos, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores, ainda que não sejam sócios.

III. Pode ser determinada com fundamento na mera circunstância de a sociedade integrar um grupo econômico, por ligação de controle ou coligação.

IV. Pode ser determinada de ofício, pelo juiz, em processo judicial, ou pelo órgão julgador, em processo administrativo sancionador, independentemente de ordem judicial, desde que garantidos o contraditório e a ampla defesa.

De acordo com o Código Civil, está correto o que se afirma **APENAS** em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e IV.

(D) III e IV.

(E) II e III.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (FCC - 2024)

De acordo com o Código de Processo Civil, o Juiz conhecerá de ofício da

- (A) incompetência relativa, extinguindo o processo com resolução de mérito.
- (B) incompetência absoluta, extinguindo o processo sem resolução de mérito.
- (C) convenção de arbitragem, extinguindo o processo com resolução de mérito.
- (D) litispendência, determinando a reunião dos processos no Juízo que houver despachado em primeiro lugar.
- (E) incompetência absoluta, determinando a remessa dos autos ao juízo competente.

2. (FCC - 2023)

De acordo com o Código de Processo Civil, a competência em razão do valor é

- (A) relativa, tal como a competência em razão da pessoa, podendo ser modificada por convenção das partes.
- (B) relativa, tal como a competência em razão da função, não podendo ser modificada por convenção das partes.
- (C) absoluta, tal como a competência em razão da pessoa, não podendo ser modificada por convenção das partes.
- (D) absoluta, tal como a competência em razão da matéria, podendo ser modificada por convenção das partes.
- (E) relativa, tal como a competência em razão do território, podendo ser modificada por convenção das partes.

3. (FCC - 2025)

Contra a decisão que indefere requerimento de gratuidade de justiça formulado por pessoa natural caberá

- (A) em qualquer caso recurso de apelação, que não suspenderá o andamento do processo.
- (B) em qualquer caso recurso de apelação, ficando o recorrente dispensado do recolhimento de custas relativas ao recurso até decisão do relator sobre a questão.
- (C) recurso de agravo de instrumento, se interlocutória a decisão, cabendo ao recorrente desde logo recolher as custas relativas ao recurso, já que este não tem efeito suspensivo automático (*ex lege*).
- (D) recurso de agravo de instrumento, se interlocutória a decisão, mas, se desprovido o recurso ao final, a parte recorrente recolherá as custas não pagas, em dobro.
- (E) recurso de agravo de instrumento, se interlocutória a decisão, ficando o recorrente dispensado do recolhimento de custas relativas ao recurso até decisão do relator sobre a questão.

4. (FCC - 2025)

Cauã foi fiador de Jorge, seu amigo de infância, que alugou uma casa para a sua residência. Jorge deixou de pagar com as obrigações contratuais, porém somente Cauã foi acionado judicialmente pelo locador. Na contestação, Cauã gostaria de Incluir Jorge no polo passivo da demanda. Tal situação é possível por

- (A) *amicus curiae*.
- (B) assistência simples.
- (C) chamamento ao processo.
- (D) denúncia à lide.
- (E) intervenção de terceiro atípica.

AMOSTRA

5. (FCC - 2023)

José é fiador em contrato de locação firmado por seu irmão, Jonas, o qual está inadimplente. Em razão disso, José foi demandado exclusivamente pelo locador em ação de cobrança. Considerando o contexto e as modalidades de intervenção de terceiros previstas no Código de Processo Civil, José poderá realizar nos autos pedido de

- (A) exclusão do polo passivo por legitimidade passiva.
- (B) denunciação à lide.
- (C) chamamento ao processo.
- (D) assistência litisconsorcial.
- (E) assistência simples.

6. (FCC - 2022)

No que se refere às disposições do Código de Processo Civil sobre o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica,

- (A) o incidente de desconsideração é cabível somente na fase de conhecimento.
- (B) instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 5 dias.
- (C) será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- (D) é sempre indispensável a instauração do incidente quando a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial.
- (E) concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por sentença.

7. (FCC - 2022)

De acordo com o Código de Processo Civil, o incidente de desconsideração da personalidade jurídica

- (A) não tem cabimento na fase de conhecimento.
- (B) será dispensado se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.
- (C) suspende o processo, ainda que haja sido requerida na petição inicial.
- (D) é resolvido por sentença, que será proferida antes da instrução.
- (E) prescinde de comprovação dos pressupostos do direito material.

8. (FCC - 2022)

De acordo com o Código de Processo Civil, ao Oficial de Justiça

- (A) aplicam-se os motivos de impedimento e suspeição previstos para o juiz.
- (B) aplicam-se os motivos de impedimento previstos para o juiz, mas não os motivos de suspeição, que não se aplicam aos auxiliares da justiça.
- (C) aplicam-se os motivos de suspeição previstos para o juiz, mas não os de impedimento, que não se aplicam aos auxiliares da justiça.
- (D) não se aplicam os motivos de impedimento e suspeição previstos para o juiz, mas motivos distintos, previstos especificamente para os auxiliares da justiça.
- (E) não se aplicam quaisquer motivos de impedimento e suspeição, haja vista que suas funções não compreendem atribuições de caráter decisório.

9. (FCC - 2022)

Considere a sistemática processual no que tange às ações de família e às funções institucionais conferidas ao Ministério Público:

I.O Ministério Público sempre intervirá quando houver interesse de incapaz, sendo ele parte ou não no processo.

II.O Ministério Público intervirá nos processos contenciosos, existindo ou não interesse de incapaz.

III.O Ministério Público, a despeito de não figurar incapaz em um dos polos da ação, intervirá se houver como parte vítima de violência doméstica e familiar.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) I e III.
- (E) III.

10. (FCC - 2025)

Analise as seguintes proposições a respeito da citação:

I.A citação para ser considerada válida não poder ser ordenada por juiz incompetente.

II.A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, retroagirá à data de propositura da ação.

III.Para a validade do processo é indispensável a citação do réu, mesmo nos casos de indeferimento da inicial ou da improcedência liminar do pedido.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

1. (FCC - 2024)

O Estado X pretende realizar parceria público-privada, nos termos da Lei nº 11.079/2004, com as seguintes características:

-Concessão patrocinada, tendo por objeto a instalação de postos descentralizados de controle de poluição veicular, abrangendo o fornecimento dos equipamentos necessários ao programa e a prestação dos serviços de inspeção e verificação de conformidade dos veículos automotores.

-Prazo de prestação do serviço: 3 anos.

-Valor do contrato: R\$ 15 milhões.

-Garantia para o parceiro privado: vinculação de receitas estaduais referentes ao recebimento de royalties da produção de petróleo e gás natural.

-Contraprestação pecuniária do parceiro público no valor de R\$ 5 milhões.

Em vista dessas características, é correto concluir que o contrato cogitado é inválido, pois

- (A) a garantia contratual é juridicamente vedada.
- (B) o valor contratual é inferior ao limite mínimo legal.
- (C) a contraprestação pecuniária é superior ao limite máximo legal.
- (D) o prazo contratual é inferior ao limite mínimo legal.
- (E) a atividade concedida é indelegável.

2. (FCC - 2024)

A celebração de um contrato de parceria público-privada compreende

(A) cobrança de tarifa do usuário do serviço público nos contratos de concessão patrocinada, além de contraprestação pelo Poder Público, a exemplo de repasse de recursos financeiros ou cessão de créditos não tributários.

(B) cobrança de tarifa do usuário do serviço público nos contratos de concessão administrativa, além de contraprestação pelo Poder Público por meio de repasse de recursos financeiros e de outros meios, como cessão de créditos não tributários.

(C) contraprestação pelo Poder Público, apenas por meio de pagamento com recursos financeiros, além de cobrança de tarifa do usuário do serviço público nos contratos de concessão patrocinada.

(D) contraprestação pelo Poder Público, por meio de outorga de direitos sobre bens públicos dominicais, além de cobrança de tarifa do usuário do serviço público em qualquer de suas modalidades contratuais.

(E) cobrança de tarifa do usuário do serviço público em qualquer de suas modalidades contratuais, além de admitir pagamento de contraprestação pelo Poder Público.

3. (FCC - 2023)

Considere que a Administração pretenda celebrar uma parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, para transferir ao parceiro privado o encargo de duplicar uma rodovia, incluindo a manutenção e operação pelo prazo de 35 anos. Os investimentos envolvidos são da ordem de 15 milhões e a receita decorrente da cobrança de pedágio não é suficiente para a cobertura deles. De acordo com a legislação de regência (Lei nº 11.079/2004), a utilização da citada modalidade contratual

(A) resta afastada em face do volume de investimentos envolvidos, eis que inferior ao montante requerido legalmente para tal modalidade, restando a possibilidade de adoção do modelo de concessão comum, a qual, contudo, não possibilita a complementação tarifária com recursos públicos ou receitas acessórias.

(B) encontra vedação legal expressa, em razão da extrapolação do prazo máximo de vigência contratual, sendo viável, contudo, a adoção da modalidade de concessão comum, desde que o prazo seja compatível com a amortização dos investimentos realizados pelo concessionário.

(C) afigura-se juridicamente cabível, podendo o parceiro privado remunerar-se pela cobrança de tarifa dos usuários, complementada por contraprestação pecuniária paga pelo parceiro público, sendo cabível, adicionalmente, aporte de recursos públicos destinados a obras e aquisição de bens reversíveis.

AMOSTRA

(D) não é juridicamente cabível, configurando a situação narrada hipótese em que seria viável a celebração de concessão administrativa, modalidade esta que possibilita a complementação, pelo parceiro público, da receita tarifária auferida pelo concessionário com a exploração da rodovia.

(E) poderá ser adotada, assim como a concessão comum, ambas com a possibilidade de complementação da receita tarifária com aportes de recursos do parceiro público, destinados à amortização dos investimentos realizados e à cobertura dos custos operacionais.

4. (FCC - 2022)

A União Federal pretende realizar licitação para contratação de parceria público-privada, na modalidade patrocinada. De acordo com a Lei nº 11.079/2004, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração pública, na hipótese narrada,

(A) haverá repartição subjetiva de riscos entre as partes envolvidas.

(B) não haverá compartilhamento com a Administração pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado.

(C) o período de prestação dos serviços poderá ser fixado em quatro anos.

(D) além da tarifa cobrada dos usuários, haverá contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

(E) não será aplicada nenhuma outra legislação, ainda que em caráter subsidiário.

5. (FCC - 2022)

Considere que o Estado pretenda celebrar uma parceria público-privada, na modalidade concessão patrocinada, para modernização, ampliação e operação de linha de transporte metroferroviário. Contudo, considerando os investimentos vultosos envolvidos na construção das estações e aquisição de novos trens, os potenciais interessados sinalizaram que não seria economicamente viável o recebimento da contraprestação pública apenas a partir da entrada em operação da linha totalmente ampliada. Considerando a disciplina legal aplicável, esse tipo de contratação

(A) somente permite o pagamento de contraprestação pecuniária a partir da entrega integral do escopo contratado, mas permite que o parceiro privado aufera receita tarifária desde o início do contrato.

(B) poderá contar com contraprestação pecuniária paga pela Administração, adicionalmente à receita tarifária auferida pelo parceiro privado, facultado o pagamento a partir da disponibilização de parcelas fruíveis do serviço.

(C) permite o pagamento de contraprestação pecuniária pela Administração no ritmo dos investimentos em bens reversíveis, sendo a cobrança de tarifa dos usuários condicionada ao término da realização da integralidade do escopo contratual.

(D) permite a antecipação de pagamentos por parte do poder concedente, mediante autorização legal específica e desde que inferior a 70% do valor total auferido pelo parceiro privado a título de receita tarifária.

(E) não permite qualquer forma de aporte de recursos pelo poder concedente antes da entrega de todos os investimentos a cargo do parceiro privado, o que seria permitido apenas caso se tratasse de concessão administrativa.

6. (FCC - 2021)

Considere que a MANAUSPREV tenha firmado uma concessão administrativa para construção de um novo prédio sede, com pagamento somente após a conclusão da obra e sua disponibilização em condições de uso. Referido contrato foi considerado ilegal pelo Tribunal de Contas do Estado, sendo razão plausível para tal decisão a

(A) previsão de execução de obra pública como objeto único do contrato de parceria público-privada.

(B) previsão de pagamento de contraprestação não atrelada ao ritmo de execução das obras.

(C) celebração por entidade integrante da Administração indireta, eis que somente pessoas jurídicas de direito público podem figurar como contratantes.

(D) adoção de modalidade inadequada, eis que somente a concessão patrocinada admite a figura do parceiro público como usuário direto.

(E) previsão de investimento superior a R\$ 10 milhões ou prazo inferior a vinte e cinco anos.